

Deduções Metafísicas

OLAVO DE CARVALHO

1. O ponto de partida da investigação Metafísica. – O sujeito por excelência da investigação metafísica.¹

Se é certo que toda metafísica deve tomar por fundamento verdades incontestáveis, e se ninguém contesta que além daquelas verdades muito gerais que alguns dizem formais e outros metafísicas, como o princípio de identidade, só conhecemos como coisa certa e inelutável a necessidade da morte do nosso ser biológico e mais nenhuma outra, então o reconhecimento dessa mortalidade pode e deve constituir o ponto de partida de toda investigação metafísica.

Porém é igualmente certo que, quando o filósofo, em vez de falar em seu próprio nome e raciocinar como se conversasse na intimidade com outro seu igual, como sempre se deveria fazer, toma a palavra ante uma assembléia acadêmica para dirigir-se a ela em nome do consenso intelectual ou científico do seu tempo, então já não pode adotar esse ponto de partida, pela simples razão de que a comunidade acadêmica ou a classe letrada, não possuindo a unidade real de um ser biológico, mas apenas a unidade potencial de um todo matemático ou de um universal indutivo, não pode tomar responsabilmente consciência de sua própria mortalidade como o faz o indivíduo de carne e osso, mas sim, reconhecendo embora em palavras o caráter historicamente transitório de suas crenças admitidas no momento, tende sempre a tomar por premissa implícita a sua própria imortalidade, na medida em que sempre espera que algumas de suas crenças, ao menos, sobrevivam ao seu tempo, já que se admitisse o contrário estaria solapando a própria autoridade com que pretende, enquanto poder socialmente reconhecido, influir sobre a moldagem do futuro. Mais ainda, se a individualidade biológica tem um prazo de duração máxima dificilmente ultrapassável, as comunidades acadêmicas não o têm, e, por não saberem quanto devem durar, não têm outro remédio senão dar por pressuposto que devem durar para sempre, mesmo sabendo que não vão. A consequência disto é que toda especulação filosófica fundada no consenso científico ou letrado de uma determinada época traz em si um certo coeficiente de duplicidade e falsidade, na medida em que não pode, ou dificilmente pode, deixar de tomar como premissa uma crença absurda e autocontraditória segundo a qual uma duração simplesmente difícil de calcular na prática pode ser admitida como duração objetivamente ilimitada.

Já o indivíduo de carne e osso, estando apto a admitir não só a própria morte como também a certeza praticamente infalível de vir a ser esquecido e não deixar marcas senão tênues e passageiras na história deste mundo; estando mesmo obrigado a admiti-lo, pela razão de que a consciência de sua individualidade biológica e uma só e mesma coisa que o reconhecimento de sua mortalidade física e dos limites espaço-temporais da sua forma de existência, e estando, ainda mais, obrigado a reconhecer que esses limites estão balizados por uma durabilidade média dificilmente ultrapassável, é, por estas razões, praticamente obrigado a admitir como verdade primeira a certeza inquestionável da morte, e

¹ 11 de agosto de 1996.

a filosofar responsabilmente segundo esse axioma infalível, o único, talvez, que é ao mesmo tempo, e inseparavelmente, princípio auto-evidente² e fato de experiência.

O indivíduo é assim depositário de ao menos uma verdade certa cuja consciência responsável escapa necessariamente aos consensos coletivos, e, neste sentido, é o guardião de uma espécie, ao menos, de rigor filosófico, que é inalcançável mesmo às comunidades científicas mais sérias e devotadas. Enquanto comunidade, nenhuma pode reconhecer que dentro de um prazo médio determinável terá se transformado em pó; e, por isto, nenhuma pode responder seriamente por suas palavras ante o tribunal da consciência de mortalidade.

Por isso mesmo tem sido uma suma desgraça do pensamento ocidental a crença generalizada de que os julgamentos da consciência individual devem ser submetidos à verificação ante o tribunal da comunidade letrada, sempre que essa crença não seja compensada pela admissão da sua contrapartida necessária: a admissão de que somente a consciência individual pode ser plenamente responsável por suas próprias palavras, enquanto as coletividades, destituídas de vida biológica unitária, diluem sempre sua responsabilidade entre as cabeças individuais que as compõem e, ao mesmo tempo que proclamam possuir tanto mais autoridade quanto maior o número de seus membros, na mesma medida se tornam tanto mais incapazes de assumir uma responsabilidade moral, jurídica ou intelectual pelo que quer que creiam ou afirmem; e, sobretudo, podem eludir indefinidamente, por serem de duração indefinida, a admissão da única premissa material universalmente válida de todos os raciocínios metafísicos, que é a realidade da morte.

A coletividade, não podendo tomar consciência responsável da sua própria morte, pode no entanto admitir pro forma a dos membros que a compõem. Mas mesmo este reconhecimento não é um ato de consciência, e sim a expressão protocolar da coincidência lógica entre os conteúdos de vários atos efetuados, independentemente, pelos membros individuais da coletividade.

Nesse sentido, a coletividade não obedece à condição ótima para dar início à investigação metafísica, condição que reside no ato de tomar consciência pessoal e responsável da própria mortalidade. O consenso acadêmico ou letrado tem, portanto, menos autoridade em metafísica do que o meditador solitário.

² Alguns podem, raciocinando mais ou menos ao estilo de Hume, contestar que a certeza da morte seja princípio auto-evidente, declarando que é somente uma verdade de experiência obtida por indução. Provarei, mais adiante, que estão errados.